

COMO TER UM SITE PARTICIPATIVO?

Por Heitor Menezes Gomes

O próprio título deste texto apresenta-se ironicamente; uma ironia cuja intenção é de provocar o leitor e a leitora a refletir sobre os limites do que significa participação. Um endereço eletrônico, afinal de contas, não poderia ser participativo por si só - não se considerarmos que participar envolve diálogo, criticidade e comprometimento. Neste texto, então, pretendo discorrer um pouco sobre o que podemos fazer, enquanto gestores, para oferecer à população sites que sejam, se não participativos, eficientes em promover a participação.

Antes de mais nada, porém, faz-se necessário explicitar o que quero dizer com participação. Para este texto, participação significa o envolvimento da sociedade civil organizada ou não em discussões, políticas, projetos, formulações, enfim, quaisquer iniciativas majoritariamente públicas (mas não somente) que possam afetar o funcionamento da sociedade como um todo ou as dinâmicas de grupos sociais específicos, com o intuito de promover seus interesses. Esta participação, portanto, pode se dar na forma de instituições e canais formais de participação (chamada de participação cidadã) ou por meio da própria iniciativa da sociedade civil organizada ou não (conhecida como participação social).¹

Tendo em vista esta definição, fica evidente a necessidade de que, caso pessoas queiram participar, envolver-se em políticas públicas, elas tenham informações suficientes para participar com qualidade. Hoje em dia, qual o melhor canal de obtenção de informações, sejam elas técnicas ou não, que os sites? Toda empresa, toda organização, pública ou privada, acaba por conectar-se com a sociedade por meio de sites. Nós, enquanto gestores e gestoras, eventualmente trabalharemos em organizações que usem desta estratégia - e, na verdade, a tendência já é tão dominante que soa antiquado falar como estou falando, não é mesmo?

Levando em conta o quão os sites são importantes atualmente, pretendo tratar brevemente a respeito de sua qualidade. Em outras palavras, gostaria de demonstrar como podemos oferecer à sociedade civil sites relevantes, que contenham informações úteis e acessíveis. Há, na literatura científica, trabalhos² que focaram especificamente em responder a esta questão; será com base neles que trabalharei.

Vale comentar, então, a existência necessária de uma série de elementos a se considerar no momento de disponibilizar informações em um site. Segundo a metodologia que abordo aqui, são um total de 10 aspectos referentes aos documentos disponibilizados e à maneira como os providenciamos. Listarei-os abaixo, com rápidos comentários sobre cada um. Em seguida, tentarei estabelecer uma ligação entre sua importância e a questão ambiental.

1. Rigor

O primeiro aspecto de recursos digitais (como podemos chamar documentos e outros conteúdos virtuais pelos quais a informação é transmitida na rede) diz respeito ao cuidado com que a informação é preparada. Isso significa que não se deve simplesmente jogar de qualquer forma um conteúdo em um site, mesmo que relevante; precisamos prepará-lo com cuidado para, no mínimo, passar credibilidade.

2. Edição

O segundo elemento trata do processamento de dados e informações. Muito provavelmente, você que trabalhe como gestor, gestora ou analista tenha se deparado, em algum momento de sua carreira, com uma planilha extremamente crua contendo dados relevantes. Por si só, os dados são relevantes, mas o fato de se serem apresentados (ou melhor, de não serem apresentados efetivamente) de maneira desorganizada, de difícil leitura e tratamento, dificulta e muito o uso dessas informações por membros da sociedade civil.

1 - Metodologías participativas para la planificación de la sostenibilidad ambiental local - El caso de la Agenda 21. 2019. García-Montes e Monreal. [Acesse aqui](#)

2 - Evaluación de recursos digitales en línea: conceptos, indicadores y métodos. 2000. Codina. [Acesse aqui](#)

3. Interesse intrínseco

Este fator questiona se a informação que está sendo preparada pela organização (considerando que ela esteja seguindo as duas premissas acima) é, de fato, relevante para o contexto na qual está inserida. Claro, torna-se muito complicado julgar quais informações poderiam ser de fato interessantes ou não para um público em potencial, mas alguns tópicos com certeza poderão ser selecionados no planejamento de publicação.

4. Volume

O quarto aspecto é bem simples: a organização deve julgar se a quantidade de informações disponibilizada é adequada e se foi cumprido um volume mínimo de dados para cobrir de maneira geral determinado contexto.

5. Exaustividade

Se relacionando com o fator acima, este aponta a necessidade de que, além de dados suficientes, eles sejam disponibilizados em profundidade suficiente. Afinal, mesmo um grande volume de informações, se superficiais, não serão capazes de promover um entendimento geral de determinado cenário.

6. Atualização

Conforme o próprio nome sugere, a sexta consideração a se fazer sobre suas informações a ser publicadas diz respeito à frequência com que esses dados são atualizados. A depender do contexto e do tipo de dado, faz-se essencial que sejam, em sua versão pública, constantemente atualizados a fim de manter a qualidade do site e do acesso à informação.

7. Sistematização

A organização é um fator fundamental quando se pensa em sites. Não basta a qualidade dos próprios dados: eles devem estar sistematizados dentro da plataforma, além de serem apresentados padronizados de forma que não se encontre informações diferentes sobre o mesmo tópico publicadas de maneiras discrepantes, o que pode comprometer a eficiência com que pessoas acessem e comparem essas informações.

8. Originalidade

Sempre que possível, exige-se que as informações apresentadas por organizações sejam originais e/ou exclusivas. Isso, além de atribuir confiabilidade, demonstra a preocupação em fazer um trabalho investigativo por parte da entidade e disponibilizá-lo para o debate público.

9. Responsabilidade

Este item indica a necessidade de que os recursos digitais apontem, sempre que possível (se seguirmos o princípio 8, sempre será possível), a autoria pela coleta e processamento dos dados apresentados. Isso faz com que o caminho percorrido pela informação entre sua geração e sua utilização seja mapeável e, caso necessário, providências sejam tomadas para a responsabilização por falsidades, erros ou outras eventualidades.

10. Importância

Este aspecto, mais do que uma necessidade, representa um fator de peso sobre a relevância da informação. Ele significa, basicamente, que informações produzidas por entidades de renome acabam por ter maior credibilidade e qualidade. Não é uma necessidade pelo fato de que não apenas organizações de renome serão capazes de produzir e disponibilizar informações relevantes.

Bem, mas qual a importância de falar sobre tudo isso em uma revista de temática ambiental? Podemos dizer que a política é uma vertente fundamental da questão ambiental no Brasil e no mundo, pois é ela quem vai determinar os rumos das ações de preservação ou exploração da natureza por parte de agentes públicos e privados. Para que possamos nos “meter” nessas decisões, precisamos fazer parte das discussões e das disputas de interesses que são naturais e bem-vindas de uma nação democrática.

Isso equivale a dizer que apenas a participação é capaz de pressionar nossos representantes políticos a tomarem decisões que realmente nos interessam, ou seja, que realmente representem melhorias em nossas condições de vida. Como comentado anteriormente, precisamos, para uma efetiva participação social, de dispor de e prover informações de qualidade e de leituras completas sobre os cenários sociais, ambientais, econômicos e de outras naturezas. Isso não é possível, porém, sem que gestores e gestoras tomem os devidos cuidados para que as informações que gerenciam sejam cuidadosamente preparadas e publicadas garantindo a máxima qualidade plausível.